

As casas de acolhida e os centros de atenção scabrinianos durante a pandemia: uma análise por meio de entrevistas qualitativas

*José Carlos Pereira**
*Paolo Parisi***
*Sidnei Marco Dornelas****
*Valéria Barbosa de Magalhães*****

1 INTRODUÇÃO¹

A pandemia de Covid-19 impôs ou fortaleceu novas formas de relação em diversas esferas da vida e serviu de trampolim para revitalizar velhas formas de controle social sobre os migrantes e outras populações marginalizadas, como as famílias sem teto, por exemplo. De acordo com Charleaux (2020), no contexto da COVID-19, a ONU mapeou 1.820 leis restritivas à imigração, instituídas por governos de todo o mundo. Além disso, o isolamento social criou obstáculos à produção de dados de pesquisas realizadas diretamente com imigrantes e agentes envolvidos no processo migratório.

O rápido avanço do coronavírus e a sua alta taxa de contaminação letal, devido ao pouco conhecimento científico sobre a Covid-19, a falta de vacinas, de leitos e outros equipamentos hospitalares, que pudessem reduzir a gravidade dos contágios, levaram instituições como a OMS – Organização Mundial da Saúde – e governos de diversos países a proporem e a adotarem medidas relativas ao uso de máscaras, álcool em gel, álcool a 70% e distanciamento

*Doutor em Sociologia (Unicamp). Editor da Revista Travessia, CEM - Centro de Estudos Migratórios, São Paulo, Brasil. josecarlos.pereira31@gmail.com

**Coordenador da Missão Paz, São Paulo. paparise@hotmail.com

***Centros de Estudios Migratorios Scabrinianos, Lima, Peru. sidneimdornelas@gmail.com

****Docente da EACH/USP. Orientadora no Programa de Pós-Graduação em Movimentos Sociais e Participação Social/USP. Doutora em História Social. Coordenadora do GEPHOM/USP (Grupo de Estudo e Pesquisa em História Oral e Memória/USP - www.each.usp.br/GEPHOM). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6817-4192> . GEPHOM@gmail.com. Docente da EACH/USP. Orientadora no Programa de Pós-Graduação em Movimentos Sociais e Participação Social/USP. Doutora em História Social. Coordenadora do GEPHOM/USP (Grupo de Estudo e Pesquisa em História Oral e Memória/USP - www.each.usp.br/GEPHOM). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6817-4192> . gephom@gmail.com

social entre as pessoas, lockdown etc. como formas de diminuir as altas taxas de contaminação e mortalidade mundo afora. Essas medidas foram e continuam sendo fundamentais para diminuir a circulação do vírus e a contaminação das populações. Contudo, elas também representam obstáculos ao desenvolvimento de atividades artísticas, culturais, econômicas, assim como de pesquisas que demandam métodos como o da história oral e encontros presenciais entre as pessoas, em vista de sua realização com resultados satisfatórios.

O Brasil é um dos maiores produtores de estudos que utilizam o método da história oral. Em especial, as entrevistas têm sido o método qualitativo mais utilizado nos estudos migratórios (MAGALHÃES, 2019; FERREIRA, 2002; D'ARAÚJO, 2009; SANTHIAGO, 2008), além de vasta produção sobre o tema da história oral. Abrir mão desse recurso para o entendimento da realidade migrante durante a pandemia de COVID-19 teria ocasionado uma perda irreparável de informações e de fontes de pesquisa.

O objetivo deste texto é apresentar os resultados de um relatório sobre a atuação das casas scalabrinianas de acolhida de imigrantes, durante a pandemia, e que foi produzido pelo CEM (Centro de Estudos Migratórios, vinculado à Missão Paz de São Paulo) e pelo CEMLA (Centro de Estudios Migratórios Latinoamericano, vinculado à Congregação Scalabriniana, localizado em Buenos Aires) sobre as casas Scalabrinianas de acolhida de imigrantes, durante a pandemia.

Pretende-se relatar formas alternativas de abordagem a coordenadores de casas e centros de acolhida a migrantes, considerando o contexto de distanciamento social, que, se não impedia, bloqueava o acesso direto a potenciais entrevistados. Em outras situações, eles poderiam ser alcançados presencialmente como parte do processo de desenvolvimento e realização de pesquisas qualitativas, especialmente as que têm, como núcleo de sua metodologia, relatos e entrevistas com atores sociais diretamente envolvidos com a realidade dos migrantes. No caso da pesquisa que gerou este artigo, coordenadores de casas de acolhimento são os atores sociais diretamente envolvidos nas questões e temas escolhidos por nós como problema de a ser investigado. Nos limites deste texto, trataremos somente dos relatos dos referidos coordenadores.

Em artigo de 2020, Santhiago e Magalhães discutiram os problemas concernentes às entrevistas à distância (ausência da situação de corporalidade, por exemplo, evocada por diversos autores de história oral) e também os caminhos e ganhos dessa novidade metodológica, que foi potencializada pela pandemia de COVID-19. Analisando outros trabalhos, que discutiram as novas tecnologias no uso de entrevistas, os autores concluíram que a adoção de tecnologias à distância – na realização de entrevistas para trabalhos acadêmicos – veio para ficar; as experiências no uso de entrevistas em trabalhos acadêmicos com interlocuções on-line têm se mostrado bem-sucedidas e que a discussão sobre sua pertinência ou não deve ser suplantada pelos princípios éticos de produção de novas fontes de investigação:

O que nos parece é que, apesar de muitas questões ainda não respondidas, a entrevista virtualmente conduzida pode ser frutífera e até necessária, desde que as condições de sua produção sejam discutidas metodologicamente em termos de como elas impactaram o resultado final do relato (SANTHIAGO; MAGALHÃES, 2020, p. 15).

A pandemia impôs ou reforçou mudanças no funcionamento das universidades, em especial, na atuação dos pesquisadores cujas fontes primárias de pesquisa são pessoas que prestam relatos, entrevistas, imagens, informações primordiais à análise e à compreensão mais profunda das vivências humanas e institucionais, que costumam e conferem algum sentido às tramas da vida social. No caso da Missão Paz, instituição scalabriniana de prestação de serviços e apoio a migrantes, as medidas sanitárias, dentre elas a de distanciamento social, impediam que buscássemos pessoalmente diferentes instituições e centros de acolhimento a migrantes, o que impôs limites à diversidade de atores sociais que poderiam ser entrevistados.

Nesse sentido, a interlocução foi direcionada aos coordenadores de casas de acolhida da Congregação Scalabriniana na América Latina (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai, Peru e Uruguai).

Os coordenadores de cada casa ou centro de acolhimento deveriam responder às perguntas enviadas com base na sua realidade local. Elas versavam sobre como cada casa ou centro se adaptou para garantir os serviços de acolhimento aos migrantes, levando em conta as necessidades e protocolos de distanciamento social, bem como sobre ações pessoais e coletivas que contribuíssem para a higiene dos espaços de convivência durante a pandemia; sobre diálogos com os migrantes no sentido de ouvir deles como, pessoalmente e coletivamente, estavam vivenciando a pandemia distante de seus familiares e de sua terra natal; sobre o comportamento do poder público em relação à migração e à pandemia; sobre o envolvimento de outras instituições sociais em projetos e ações de apoio aos migrantes.

Formuladas as perguntas, elas foram enviadas por e-mail a cada um dos coordenadores, que as devolveram também por e-mail. Foi estipulado o prazo de um mês para o envio das respostas. Depois, houve uma reunião para discutir e redigir um texto que pudesse dar conta das experiências de cada centro ou casa de acolhida, bem como apontasse para vivências e desafios singulares e/ou comuns entre si. A tarefa de sistematização foi dividida por temas entre os autores que subscrevem o presente texto.

O viés subjetivo de cada um desses narradores (coordenadores de casas de acolhida ou de centros de atenção) foi central para o trabalho. São todos religiosos, sacerdotes católicos, imbuídos de uma missão pastoral e um laço de fidelidade às orientações da Congregação dos Missionários de São Carlos (Scalabrinianos), da Igreja Católica. Suas informações estão condicionadas ao

seu contexto e são tensionadas pelo cotidiano de emergência humanitária e do envolvimento direto com o trabalho de acolhida aos migrantes. A realidade de contingência sanitária e suas medidas de isolamento apenas tornam essa tensão diária mais forte. A experiência subjetiva molda o ponto de vista desses narradores que estão na linha de frente de contato com os migrantes. Além desse olhar particular e privilegiado, ao tratarmos do seu contexto de atuação, recorreremos a informações complementares fora das entrevistas.

2 NARRATIVAS SOBRE O ATENDIMENTO NOS CENTROS DE ATENÇÃO E NAS CASAS DE MIGRANTES NA PANDEMIA DE COVID-19

A Missão Scalabriniana na América do Sul é uma instituição sem fins lucrativos que conta com uma rede de casas de migrantes e centros de atenção ligados à Região Nossa Senhora Mãe dos Migrantes, da Congregação dos Missionários de São Carlos (Scalabrinianos), presente na Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai, Peru e Uruguai. Nos últimos 15 anos, o processo de fundação e fortalecimento dos centros de atenção e casas de migrantes, e sua progressiva articulação em rede, foi consequência de um contexto de formação de corredores migratórios ao longo do continente, caracterizado por crescente número de migrantes de diversas nacionalidades, em situação de trânsito e grande vulnerabilidade social.

Tendo em vista a situação precária em que se encontravam os migrantes nas cidades, várias ações de assistência foram incorporadas, ao longo do tempo. A pandemia acentuou esse tipo de ação e expôs a relação entre o atendimento prestado aos migrantes acolhidos nas casas, realizado em seu interior, e os migrantes que residem em outros espaços da localidade e que passaram (ou continuarão) a receber o apoio da instituição.

As casas de acolhida, que contam com estrutura para hospedagem, estão assim distribuídas: 4 no Brasil (Cuiabá, Florianópolis, Manaus, São Paulo), 3 no Chile (duas em Santiago e uma em Arica), 2 no Peru (Lima e Tacna), 2 na Bolívia (La Paz), 1 no Uruguai (Montevidéu) e 1 na Argentina (Mendoza). Durante a pandemia, 10 entre 13 casas de acolhida se viram obrigadas a seguir o regime de isolamento, adaptando-se à nova realidade e não aceitando mais pessoas. A de Arica, Manaus e a de Santiago optaram por fechar, buscando soluções alternativas para quem precisasse de abrigo. Em casos como o de Cuiabá, cuidou-se para que quem estava na casa fosse saindo progressivamente até esvaziá-la, e para que, posteriormente, se pudesse fazer um novo planejamento para orientações de biossegurança.

Nas casas que decidiram manter-se em funcionamento ficaram as pessoas que nelas já se encontravam. Foram adotadas medidas sanitárias e de reorganização do cotidiano, segundo as orientações de biossegurança. Foram programados momentos frequentes de conscientização; equiparam-se com material para

higienização; passaram a monitorar as práticas diárias de atenção básica à saúde e a corrigir hábitos que pudessem favorecer a disseminação do coronavírus. Os prazos de permanência das pessoas acolhidas foram estendidos. Um dos maiores desafios da convivência entre elas e com elas nesses espaços limitados foi a gestão do emocional, abalado pela falta de trabalho e, conseqüentemente, por elas não poderem ajudar as suas respectivas famílias nas regiões de origem ou de trânsito da migração. Em todas as casas, a situação foi amenizada com atividades lúdicas, culturais, com o apoio de psicólogos e estagiários.

Os protocolos de biossegurança passaram a regular a organização do cotidiano, a convivência, e puseram na ordem do dia o replanejamento do funcionamento das casas, fato explicitado mais claramente nos relatos de Cuiabá e Lima. Em Mendoza, houve a preocupação em acompanhar a entrada de novos hóspedes, sendo criado um espaço para a pré-admissão de migrantes, além de lista de espera. Com respeito à saída dos migrantes das referidas casas e centros de atenção, houve uma particular preocupação em acompanhar e encaminhar a sua inserção na comunidade local, como em Cuiabá, La Paz e Florianópolis.

A demanda por alojamento decorre da precariedade da inserção social dos migrantes. Daí, a necessidade de acompanhamento constante daqueles que saem e tentam residir no espaço urbano. Tentando planejar esse tipo de intervenção, surgiu a necessidade de conhecer os diversos grupos migrantes presentes na localidade. Ficou mais clara a relação de continuidade entre a condição daqueles que vivem no interior da casa e aqueles que buscam a inserção externa. Nesse sentido, em La Paz, São Paulo e Mendoza, por exemplo, com o apoio de assistentes sociais e outros profissionais, organizaram-se sondagens sobre os diferentes grupos de migrantes atendidos pela instituição.

A partir da procura pelas casas de acolhida, os centros de atenção constataram a falta de moradia e a precariedade da vida dos migrantes em geral. Isto levou a que se tomassem iniciativas de encaminhamento para outras formas de alojamento. Assim foi em Tacna, Arica e Santiago, que encaminharam os migrantes a alojamentos fora da própria instituição. Os referidos alojamentos pertencem a outras organizações não governamentais ou por elas são administrados, sendo algumas de caráter religioso. A pandemia evidenciou a absoluta e recorrente situação de precariedade laboral e vulnerabilidade social dos migrantes atendidos, o que fragiliza suas possibilidades de inserção social.

Por isso, todas as casas de migrantes e centros de atenção, junto a paróquias e outras entidades da sociedade civil, estabeleceram como prioridade a ajuda humanitária: desde a distribuição de cestas básicas até ajuda com pagamentos de aluguel. Os imigrantes em situação documental irregular receberam atenção especial por não estarem incluídos em programas estatais, auxílio ou transferência de renda emergencial, de ajuda a pessoas em situação de vulnerabilidade pandêmica. Essa situação evidenciou a condição vivida pelas mulheres com crianças.

Assim, em relação ao conjunto variado de migrantes, vivendo nas regiões em que atua a Missão Scalabriniana, os centros de atenção assumiram o papel de aglutinadores das ações humanitárias junto a esses diferentes grupos. Associados ou não às casas de acolhida, eles se distribuem geograficamente desta maneira: 7 no Brasil (Santo André, São Paulo, Curitiba, Florianópolis, Porto Alegre, Cuiabá, Manaus), 3 na Argentina (Buenos Aires, Bahia Blanca, Mendoza), 2 no Chile (Santiago e Arica), 2 no Peru (Lima e Tacna), 1 no Uruguai (Montevidéu) e 1 na Bolívia (La Paz). Todos foram modificando a forma de atuação com a progressão da pandemia, privilegiando as ações de ajuda humanitária e suspendendo os serviços presenciais, substituindo-os por outras modalidades de atenção e acompanhamento.

Quanto ao atendimento jurídico e outras formas de orientação, passaram a ser feitos de maneira remota, com vários funcionários e voluntários trabalhando na modalidade home office. Não se suspenderam as atividades e foram geradas formas criativas de envolvimento dos migrantes em ateliês, aulas de língua, assessoria jurídica, acompanhamento psicológico, entre outros. O acesso precário dos migrantes às mídias digitais foi um problema. Ficou confirmado o quão difícil é, mesmo em situações normais, fazer chegar a informação adequada aos migrantes.

Em São Paulo, a Missão Paz redimensionou e readequou todas as suas atividades, envolvendo uma gama ainda maior de meios e estratégias de comunicação. Em Buenos Aires, em escala menor, todo o trabalho de acompanhamento personalizado aos migrantes (cuja maioria era formada por bolivianos, mas contando também com a presença de venezuelanos, paraguaios, colombianos, chilenos, haitianos etc.) passou a ser feito por telefone, e os ateliês aconteceram nas redes sociais.

Se, de um lado, o isolamento social como prevenção à pandemia de COVID-19 paralisou alguns trabalhos voluntários, de outro, criou a oportunidade para outras formas de voluntariado e demonstrou como elas impactam na vida dos migrantes e refugiados. Muitos resultados expressivos no atendimento humanitário e social só foram possíveis graças à dedicação e solidariedade de inúmeros funcionários e voluntários. A articulação em rede e a sinergia com outras organizações de Igreja e da sociedade civil, no sentido de tornar mais eficiente e alargar o raio de ação junto aos migrantes, permitiram, inclusive, atingir outras regiões dos países, para além da própria localidade em que se encontravam. Esse foi o caso de Lima, onde uma ação coordenada com as Irmãs de Santa Ana pôde prestar assistência a milhares de venezuelanos em Tumbes, na fronteira entre Peru e Equador.

Entre os coletivos migrantes mais atendidos, destacaram-se os venezuelanos. Alguns em trânsito, outros alcançando seu destino, mas todos pertencentes àquela que pode ser definida como a diáspora venezuelana no continente latino-americano. Olhando, porém, mais atentamente a atuação dos centros de atenção, se percebe que a emergência sanitária

trouxe à tona a imensa vulnerabilidade social de muitos outros grupos de migrantes. Em São Paulo, houve diversos casos de migrantes já assentados, com emprego e moradias fixas, que, de um dia para outro, perderam seus empregos e moradia. Em La Paz, a multiplicidade de grupos e categorias de migrantes atendidos pela Missão mostrou que a vulnerabilidade social é o grande denominador comum de todos eles. Em Mendoza, as diferentes demandas surgidas evidenciaram a necessidade de buscar uma diversidade de modalidades de respostas. Em Manaus, a precariedade da situação dos migrantes fez com que a Pastoral do Migrante pusesse em segundo plano a determinação de “ficar em casa”, mantendo as atividades de geração de renda (produção de pães, picolés, artesanatos) e procurando observar todas as medidas de proteção, como uso de máscaras, uso de álcool em gel e álcool 70%, distanciamento físico etc.

Em Santiago do Chile, em caráter emergencial, a Missão Scalabriniana teve que lidar com a situação de vários grupos de trabalhadores sazonais bolivianos e suas famílias, que foram impedidos de retornar a seu país, devido à exigência da quarentena antes de atravessar a fronteira.

Casos semelhantes de famílias de migrantes temporários bolivianos foram acompanhados pelos scalabrinianos, em menor número, também em Mendoza e Bahia Blanca, na Argentina. Como em outras ocorrências nos últimos 10 anos em que estiveram envolvidos os scalabrinianos, as limitações pandêmicas revelam a singularidade da condição social dos migrantes diante da lógica da sociedade nacional e a precariedade em que vivem aqueles que se servem da migração para sobreviver. Os bloqueios criados na pandemia evidenciam novamente a crise de governança das migrações nos Estados nacionais, além do abandono e hostilidade para com os migrantes. Os depoentes ressaltaram o protagonismo das entidades da sociedade civil na suplência aos serviços estatais de assistência aos migrantes e a importância de sua articulação para fazer frente a situações agudas de emergência.

O exemplo do Chile, e dos demais centros de atenção e casas de acolhida, revela o papel fundamental, desempenhado por essas instituições, na mediação social e política entre a condição de vulnerabilidade, vivida pelos migrantes, e os órgãos do poder público e da sociedade civil. O recorrente relato sobre a necessidade de maior sinergia, cooperação e articulação entre as entidades deixa entrever a sua própria fragilidade na prestação desses serviços. Na medida em que as demandas aumentam, o fenômeno migratório se diversifica e ganha complexidade. A necessidade de articulação em rede se impõe, assim como o apoio financeiro, profissionalismo, planejamento, organização e maior sintonia nas relações com o poder público, agências de cooperação e a interação com outras entidades. Todo esse emaranhado de relações institucionais tende a condicionar a identidade e o perfil de atuação das casas.

3 NARRATIVAS SOBRE A RELAÇÃO COM O PODER PÚBLICO E OUTRAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

Todos os informantes das casas de acolhida a migrantes e centros de atenção foram unânimes em realçar a importância da articulação com outras entidades de apoio aos migrantes, especialmente com o poder público. Esta interação se apresenta sob uma grande variedade de situações, trazendo à luz limitações, contradições e possibilidades inerentes à sua condição institucional.

O que se pode depreender dos diferentes relatos é que o quadro institucional de atuação das casas de acolhida e dos centros de atenção, nos países da América do Sul, se configura em um verdadeiro “campo de forças”². Se existem similaridades entre as formas de articulação com outras entidades da sociedade civil nacionais ou internacionais, também se observam cenários distintos nos outros contextos dessas interações institucionais, principalmente com o poder público. Dentro dos limites estreitos deste estudo, não temos as condições necessárias para abordar em profundidade a complexidade das relações estabelecidas em cada contexto e nem o material de que dispomos permite esse aprofundamento. Porém, uma primeira visão do quadro institucional pode ser esboçada, permitindo algumas observações e problematizações sobre como se dão as relações, mediações e condições de atuação das entidades da Missão Scalabriniana, no contexto da pandemia de COVID 19.

Inegavelmente, a relação com o poder público é aquela que fornece o quadro institucional de base, que dá as coordenadas gerais que determinam e condicionam a atuação de cada um dos centros. Em todos os países, os centros de atenção e casas de migrantes respeitaram os decretos referentes à contenção sanitária como uma forma de diminuir a contaminação pelo novo coronavírus. Há diferenças entre cada entrevistado sobre o tipo de relação estabelecida com as autoridades ao longo desse período, conforme cada contexto, referente ao tratamento dado aos migrantes e às necessidades de cada entidade.

Com efeito, em alguns lugares onde a pressão das demandas dos migrantes era menos crítica e havia um diálogo mais consolidado com o poder público, as relações foram classificadas como “colaborativas”, de “intermediação”, de “complementaridade” e, mesmo, julgadas “satisfatórias”, como no caso de Santo André (SP), cuja casa, sede do centro de atenção, é concessão da municipalidade. De toda maneira, foi em resposta às exigências fixadas pelo poder público sobre a readequação das casas de migrantes que se reorganizaram os espaços e serviços, como em Lima e Cuiabá.

Ao mencionarem “complementaridade” e “intermediação”, pode-se também entender uma relação marcada por um constante esforço de negociações e mútuos serviços em que o poder público cria projetos e

parcerias, articulados com a Missão Scalabriniana, para disponibilização de vários serviços aos migrantes, como no caso das parcerias para apoio jurídico em Florianópolis. Em Mendoza, esse entendimento mútuo gerou uma disposição benéfica para ambas as partes:

respetando cada uno su naturaleza, se ha podido consolidar una relación en ayuda al migrante. Desde haber albergado por el lapso de dos años y medio a varias señoras con prisión domiciliaria a causa de sus criaturas, solución de temas de trámites y asistencia tanto hospitalaria, social (Coord. Centro de Atención ao Migrante, Mendoza, Argentina).

Apesar da busca de entendimento e articulação, o que realmente predomina é uma atitude crítica frente à atuação governamental e as relações estabelecidas, sobretudo nas grandes cidades e localidades de fronteira mais atingidas pelas consequências da pandemia. Mesmo quando se ressalta a colaboração mútua e o trabalho de intermediação em benefício dos migrantes, a constatação sempre é de que os “servicios se han saturado, congestionados y colapsados”. A intermediação se faz, principalmente, em relação aos trâmites de documentação, mas também em busca de atender a demandas quanto à ajuda emergencial, alimentos, serviços de saúde, entre outros. Por vezes, se chega a situações de impasse e bloqueio do diálogo, como as relatadas pelo diretor da casa de acolhida em Tacna, de que o governo se eximiu das responsabilidades em relação à acolhida de imigrantes.

A realidade criada pela emergência sanitária tornou mais evidente a dificuldade do poder público em gerenciar as situações recorrentes de crises humanitárias provocadas pela migração. As casas de acolhida e centros de atenção, com suas funções e espaços mais restringidos pelas normativas do poder público e reconhecendo as dificuldades das autoridades na governança das migrações, passaram a intensificar suas relações com outras entidades da sociedade civil. Em primeiro lugar, com seus parceiros mais próximos: os voluntários das paróquias, as outras pastorais, o Serviço Jesuíta para Migrantes (SJM), o Serviço Pastoral dos Migrantes (SPM), os serviços das Conferências Episcopais, as Dioceses, as Pastorais Sociais e entidades de Congregações Religiosas e as organizações católicas com atividades e serviços afins, como a Cáritas, entre outras.

Foi principalmente o serviço prestado por inúmeros voluntários e a ajuda de grupos e entidades pertencentes às igrejas que permitiram o atendimento das necessidades básicas de milhares de famílias de migrantes. Por meio da articulação dessas redes de mediação eclesial, a Missão Scalabriniana, de maneira mais imediata, procura ampliar o alcance de sua ação e fortalecer sua posição nas negociações com o poder público. Em Montevideo, por exemplo, as relações com um Estado fortemente laicizado demandam que toda a ação seja

canalizada por meio da Conferência Episcopal, mesmo quando envolve um arco amplo de ONGs voltadas para as migrações. A mediação eclesial como forma de incidência também foi relatada em Lima. Esse tipo de articulação permite a realização de projetos para atender aos migrantes em diferentes pontos do território e um posicionamento como um interlocutor importante diante das autoridades governamentais.

O que foi mais ressaltado pelos informantes dos centros e casas de acolhida foi a importância de prosseguir e consolidar a articulação em rede de todas as entidades que se interessam pela defesa dos direitos dos migrantes. A atenção se volta para os grandes organismos nacionais e internacionais por meio de projetos para o financiamento de suas atividades e para a manutenção do funcionamento das entidades. Foram destacadas: a Organização Internacional das Migrações (OIM), o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), Cruz Vermelha, World Vision, PLAN Internacional, UNICEF, FASIC, INDH, entre outras. Na abordagem da rede de articulação com um arco amplo de entidades, destaca-se outro tema importante e constantemente frisado: os mecanismos e estratégias de incidência política, apontados por todos os entrevistados, em vista da criação e consolidação de políticas públicas para os direitos dos migrantes.

Em La Paz, depois de recordar como a Missão Scalabriniana é um sócio preferencial do poder público em inúmeras iniciativas referentes à população migrante, a direção da casa de acolhida ressaltou como a Missão se tornou a única ONG convidada pela

Dirección Nacional de Migraciones (DIGRMIG), a participar en la discusión y aportes a la definición de procedimientos para la aplicación de la Resolución Administrativa N° 148/2020 de la DIGEMIG, sobre ingreso, tránsito, salida y autorizaciones de permanencias transitorias especiales para padres, madres o tutores de menores de 14 años de nacionalidad venezolana.

A incidência política revela-se como um fator importante para as relações com os grandes organismos internacionais, tendo em vista sua relevância nos campos de “advocacy” ou na defesa dos direitos dos migrantes, e como sócios preferenciais de “fundraising”, que permitem financiar, ampliar e qualificar os serviços prestados aos migrantes. As grandes agências de cooperação vêm se articulando em rede com as casas de acolhida e centros de atenção e em torno da Scalabrini International Migration Network (SIMN). O período da pandemia foi particularmente importante para tornar mais visível a relevância social desta entidade, tanto em relação ao trato com o poder público, quanto como parceiros preferenciais dessas grandes agências internacionais no tocante aos temas migratórios. Ao passo em que a crise sanitária pôs em cheque os serviços públicos,

tornava-se visível a situação de abandono e vulnerabilidade dos migrantes e, por conseguinte, mais eram solicitados os serviços das casas de acolhida e centros de atenção nos pontos mais críticos de suas rotas de deslocamento.

A relevância crescente da incidência política e sua valorização no âmbito das organizações não governamentais vêm demandando da Missão Scalabriniana um esforço de qualificação e profissionalização nesse campo específico. A Missão Paz de São Paulo destacou, na entrevista, a atuação de sua “assessoria” de incidência política. Algo único entre as entidades que compõem a Missão Scalabriniana no continente, a criação de um setor específico para incidência política, com um profissional próprio para essa tarefa, tornou mais qualificada e deu maior alcance à influência da Missão Paz no campo de “advocacy”³.

O relato da Missão Paz de São Paulo mencionou atividades como a elaboração de “notas técnicas” sobre a situação de migrantes bloqueados nas fronteiras; pedidos de informação ou solicitações aos parlamentares no Congresso Nacional a respeito de projetos de lei envolvendo a garantia dos direitos dos migrantes; e ressaltou sua participação nas sessões das comissões de direitos humanos no Senado Federal e na Câmara Municipal de São Paulo. Em nível municipal, a atuação da assessoria de incidência política se articulou com outras entidades atuantes na cidade e participou de reuniões do Conselho Municipal de Imigrantes e do GT de Integração Local, criado para tratar dos impactos da pandemia do coronavírus na população imigrante na cidade, assim como em reuniões da Comissão Municipal para Erradicação do Trabalho Análogo a Escravo (COMTRAE). Enfim, a Missão Paz relata que todo esse conjunto de atividades se faz por meio do enlace criado por várias alianças entre entidades de defesa de direitos humanos, em especial a Rede Advocacy Colaborativo (RAC), junto ao Congresso Nacional.

Destaca-se a atuação do Instituto Católico de Migración (INCAMI), do Centro Integrado de Atención al Migrante (CIAMI) e da Fundación Scalabrini, em Santiago de Chile, no campo da incidência política. Esse exemplo, mais do que qualquer outro, visibiliza a importância e o significado da incidência política para o desempenho pastoral e social dos centros de atenção e casas de migrantes e justifica sua demanda como sócio preferencial diante das agências de cooperação e do poder público. Paradoxalmente, no Chile, foi durante a crise sanitária, causada pela pandemia, e em meio a outra grave crise institucional, que se revelou a fragilidade principal do INCAMI, enquanto financiado por inúmeros projetos oriundos do poder público e dessas agências, fato assim relatado por sua direção:

El INCAMI lleva más de 65 años al servicio de las personas migrantes más vulnerables (...) En todos estos años al servicio de las personas migrantes en Chile, tampoco nos enfrentamos nunca a una crisis económica institucional como la que estamos viviendo hoy, a raíz de la caída de los fondos nacionales e internacionales que nos permitían sostener nuestros servicios. En este momento en que las personas

más nos necesitan, nos vemos enfrentados a la decisión de desvincular personal y junto con esto, a reducir nuestra posibilidad de ayudar. Hasta la fecha se han desvinculado siete personas que al igual que nuestros participantes, estarán en situación de vulnerabilidad. Lo más difícil es ver que en el momento que más los migrantes necesitan, no tengamos personal suficiente para dar una respuesta a esta emergencia, por más limitada que sea (BOCCHI, 2020, p. 72).

O tema da sustentabilidade revela a grande fragilidade institucional dos centros de atenção e casas dos migrantes. Ao mesmo tempo em que se apresentam como instâncias críticas frente ao poder público e afirmam sua legitimidade diante das agências nacionais e internacionais, da Igreja e da sociedade civil, também se mostram extremamente vulneráveis e dependentes de financiamento externo, buscando incessantemente renegociar projetos em vista de sua manutenção. O tom pessimista do relato do Chile se revela como um contraponto à valorização da incidência política, ao deixar expostas as limitações institucionais e a dependência econômica das casas de migrantes e centros de atenção e seu permanente esforço de negociação para continuarem atuando na arena em que se desenrola o “jogo de forças” entre o poder público e as entidades da sociedade civil, em torno da realidade dos migrantes.

4 RELATOS SOBRE AS LIÇÕES APRENDIDAS NA PANDEMIA E PERSPECTIVAS DE FUTURO

O texto de Bettin e Dornelas (2020) contava com a colaboração de todos os informantes dos centros de atenção e das casas de acolhida. Antes de sua publicação, alguns responsáveis pela articulação da SIMN (Scalabrini International Migration Network) manifestaram o desejo de que as lições nele aprendidas constassem de um relatório, acenando para as perspectivas de futuro. Foi enviado um questionário aos coordenadores dos centros de acolhida, visando a complementação de informações. E foi justamente nesses dois pontos que cada um dos informantes revelou como percebia a si mesmo e a sua atuação, tanto em relação ao fenômeno da pandemia como em seu posicionamento à frente da instituição, em seu relacionamento com os migrantes e sua formação humana.

Houve uma heterogeneidade de percepções que remetiam às incertezas que a sociedade em geral vivia na pandemia em todos os países, para além do que se passava no interior dessas entidades. No caso dos diretores, suas respostas se enquadravam em três posicionamentos: a) o de agentes de pastoral que atuam junto aos migrantes; b) o de administradores de projetos de uma organização de ajuda humanitária e integração social; c) a de agentes de mediação e incidência política. Muito frequentemente, a mesma pessoa incorpora alternadamente cada um desses posicionamentos.

Destacou-se, na maioria das respostas, a importância do contato presencial com os migrantes, mesmo durante a pandemia. Um dos diretores assinalou a diferença em relação a outras entidades de ajuda humanitária:

En nuestras casas de migrantes nosotros continuamos teniendo contacto directo con las personas mientras que la mayoría de agentes humanitarios optaron por el atendimento remoto y pidiendo que nosotros continuásemos con nuestro atendimento presencial.

Esse contato direto com os migrantes foi relatado como decorrente da dimensão motivacional dos informantes como agentes de pastoral, como sua marca religiosa, como sinal da sua empatia para com os migrantes atendidos pela organização. O aprendizado da experiência no período de urgência sanitária foi vivido sob a tensão das medidas de biossegurança e se realizou na busca de compreensão sobre o significado da convivência com os migrantes durante esse período.

De um lado, relatou-se como a pandemia foi experimentada pelos funcionários e voluntários atuantes na instituição. Houve muitas expressões de solidariedade e aprendizados quanto ao saber escutar, ter paciência e o desprendimento da parte daqueles que colaboram com a instituição. Houve um maior aprendizado sobre os próprios migrantes, as motivações que os levam a migrar, sobre sua capacidade de resiliência, de suportar e adaptar-se ao imprevisto e acatar as medidas de isolamento social. Por outro, ressaltou-se a valorização das estratégias dos migrantes para encontrarem soluções e criarem saídas para os problemas, se solidarizar, compartilhar esforços, orientar a ajuda recebida para os mais necessitados. Como perspectiva futura, destacou-se a importância de avançar na participação dos migrantes na execução dos projetos.

Foram também lembradas as dificuldades em atender os migrantes nessa situação de stress e crise humanitária; a necessidade de paciência para atendê-los, de saber escutar e integrá-los uns com os outros; e, também constatou-se que alguns voluntários se surpreendiam com a falta de compreensão por parte dos migrantes. Cabe observar que estes já estavam bem cansados devido as recomendações de distanciamento social. Por isso, uma exigência futura seria ajudar a criar um olhar mais sensível à condição de vida dos migrantes, sobretudo quanto à formação de funcionários e voluntários, principalmente para as situações de emergência.

O contato direto com os migrantes permitiu que se fizessem previsões para o cenário futuro. A perspectiva de curto prazo seria a de um prolongamento da crise e seu agravamento, com a continuação da retração da atividade econômica em todos os países da região. Um dos diretores ressaltou que “o trabalho está desaparecendo, e seria necessário reconstruir uma cultura em que todos possam produzir e contribuir com a sociedade, valorizar-se e se autossustentar”.

Por essa previsão, os migrantes necessitariam de mais ajuda institucional. Os planejamentos das casas de acolhida e centros de atenção deveriam se adaptar a essa nova realidade e às suas demandas. Diante dessas perspectivas, vários centros de atenção e casas de acolhida reafirmam a necessidade de intensificação da luta por políticas públicas mais efetivas para migrantes, de valorização da saúde pública, projetos para gerar renda, enfrentar o problema da dificuldade de acesso ou falta de moradia, alcançar maior estabilidade econômica para suas famílias e minimizar os efeitos da crise. Nas casas de acolhida, a proposta seria a de incentivar os ateliês de capacitação profissional e inserção laboral para os migrantes.

Nas entrevistas, observamos os coordenadores se posicionando como administradores da organização e, ao mesmo tempo, como agentes de incidência política no campo das migrações. Todos eles relatam que um dos principais aprendizados foi a realização do trabalho em equipe e a sinergia de esforços pela colaboração e entendimento entre os envolvidos. Destacou-se a necessidade da articulação em rede: “sozinhos somos muito pequenos, porém com auxílios, vamos abrindo horizontes e melhoramos nossa maneira de trabalhar”. Há a percepção da necessidade de trabalhar com projetos sustentáveis de longo prazo, mais flexíveis, para enfrentar as emergências e manter maior coordenação com as agências de cooperação.

Em relação às organizações que dirigem, eles apontam a necessidade de readequação dos espaços e dos equipamentos para fazer frente às novas necessidades, inclusive para atender às novas medidas sanitárias. No planejamento futuro, seria preciso repensar as estruturas das casas, as estratégias de contenção e apoio, e os centros de coleta, armazenamento e distribuição de gêneros de primeira necessidade. Em relação às formas de atendimento aos migrantes, as estratégias deveriam passar por uma revisão. A proposta de Tacna, por exemplo, vai no sentido da reestruturação interna das instalações e funcionamento da Missão, o que não é algo propriamente novo entre os scalabrinianos. Várias casas vêm alargando suas funções para se tornarem “centros integrados”, que concentrem e integrem uma variedade de serviços que funcionem de maneira simultânea.

Um aprendizado notável, adquirido durante esse tempo de quarentena em boa parte das casas de acolhida e centros de atenção, foi o uso intensivo dos instrumentos de mídia digital. Na Missão Paz de São Paulo, foi realçado que, no futuro, essa dimensão deveria ser intensificada:

Essa experiência permitirá, uma vez superada a pandemia, utilizar metodologias presenciais e on-line de maneira complementar; a transmissão das missas e de outras celebrações religiosas permitiu alcançar muitas pessoas que normalmente não estariam presentes fisicamente, ou nem conheciam a instituição (...); a colaboração entre os

diferentes atores da equipe da Missão Paz se tornou mais rápida e sinérgica; o costume de realizar reuniões não presenciais em muitos casos permitirá otimizar o tempo, sem precisar se deslocar.

O uso cada vez mais preponderante da “mediação tecnológica” no trabalho levanta reflexões sobre se isso poderia aumentar o isolamento dos migrantes, levando-os a uma maior reclusão em seus domicílios, com eventual prejuízo na sociabilidade. De um lado, foram feitas considerações sobre a necessidade de investir no “espírito religioso e na vida de fé” para “hacer puentes” entre as pessoas. De outro, essa evidência também leva a considerações mais pragmáticas, como a necessidade de “capacitação para lidar com o mundo virtual” ou mesmo a reivindicação de uma plataforma em que governo e organizações da sociedade civil possam compartilhar informações em benefício dos migrantes. Há quem considere que o trabalho remoto no funcionamento da organização seja uma limitação ao atendimento aos migrantes.

Enfim, como diretores que fazem a gestão interna e que buscam vínculos de cooperação com outras organizações, eles reafirmam a importância da incidência política. Devido ao contexto de cada país, existem diferentes avaliações sobre as perspectivas futuras de cooperação interinstitucional e com o poder público.

Outros assinalaram o despreparo do Estado para lidar, minimamente, com situações da magnitude desta emergência sanitária e sua tendência de descarregar o peso sobre as instituições de ajuda humanitária da sociedade civil. No entanto, por parte de todos os depoentes, se reafirmou que o grande desafio permanece sendo de “buscar a unidade entre as diferentes organizações em torno do mesmo objetivo”: a incidência voltada à conquista de políticas públicas para a garantia dos direitos dos migrantes e para capacitá-los a alcançar seu protagonismo nesse processo.

Assim, se mantém o compromisso de continuar a participar nas instâncias de diálogo interinstitucional, bem como manter contatos permanentes de articulação e coordenação dos trabalhos, a fim de “realizar intervenciones agiles y respuestas adecuadas”.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS: A PANDEMIA E AS ENTREVISTAS À DISTÂNCIA NOS ESTUDOS MIGRATÓRIOS

Chegado aqui, cabem algumas considerações sobre o uso das entrevistas on-line ou à distância com os coordenadores de casas de acolhida e dos centros scalabrinianos de atenção ao migrante, bem como sobre a realização de outras pesquisas qualitativas, baseadas em história oral, em um contexto social que impede o encontro presencial entre entrevistadores e entrevistados.

A experiência do CEM e do CEMLA com o relatório sobre as casas de acolhida, durante a pandemia de Covid 19, propõe algumas reflexões a respeito do uso de entrevistas em situações não presenciais, a mais evidente sendo esta:

- O conhecimento da realidade migrante durante a pandemia se beneficiou das entrevistas à distância?

A resposta é “sim”. Em contextos de emergência, a busca por alternativas de pesquisa se torna premente porque são situações que pedem que mais conhecimento seja gerado para a superação de suas próprias dificuldades. Em um mundo em que a vida gravita em torno das redes sociais, não é mais possível a produção de pesquisas alheias aos recursos virtuais.

Observou-se, na introdução deste texto, que o Brasil é um dos maiores produtores de estudos que utilizam o método da história oral; trabalhando com esse método, suas contribuições têm sido fundamentais para uma compreensão mais profunda das realidades dos migrantes. Portanto, descartar esse recurso metodológico representaria deixar na sombra, ou sem conhecimento, relações de socialização e sociabilidade relevantes na vida dos migrantes, bem como das instituições e organizações que lhes oferecem algum tipo de serviço, como as casas de acolhida e os centros de atenção scalabrinianos, cujos coordenadores foram entrevistados para a elaboração de relatórios e para este texto.

Considerando a ocorrência da pandemia de Covid-19, o distanciamento social como uma forma de mitigar o contágio pelo coronavírus, mas também a necessidade de levar adiante pesquisas apoiadas no método da história oral, adaptações precisaram ser feitas em contextos de distanciamento social e de alta circulação de internet; mas, como Santhiago e Magalhães (2020) ressaltaram, as entrevistas on-line em pesquisas acadêmicas vieram para ficar e seus usos têm se mostrado bem-sucedidos. Foi o que se constatou nesta pesquisa. Sem as entrevistas à distância durante a pandemia, não teria sido possível a compreensão das experiências e desafios que estavam sendo vivenciados e enfrentados pelas casas de acolhida e centros de atenção scalabrinianos, e, menos ainda, das vivências dos migrantes que delas fazem uso.

Entrevistas on-line, portanto, têm se revelado centrais nos estudos migratórios pós-pandêmicos. Se não são ainda predominantes no cenário metodológico, no mínimo, são frequentes e úteis.

NOTAS

¹ Uma versão prévia expandida deste texto foi publicada, em espanhol, na Revista Travessia, Ano XXXIV, Nº 91 Maio-Agosto/2021 (PARISI; PEREIRA; DORNELAS, 2021). Além de estar em português, a presente versão propõe uma abordagem metodológica, a qual não foi discutida na primeira.

² O conceito de “campo social” como “campo de forças” foi desenvolvido por Pierre Bourdieu (1996).

³ “O termo advocacy se generalizou ao longo do tempo em função do acelerado crescimento do Terceiro Setor em todo o mundo. O lobby – ou advocacy – é a utilização do poder e do status para se comunicar melhor e conquistar os objetivos pretendidos. Apesar de a palavra lobby ter sido usurpada por nossos malfadados governantes, o significado real dela é tão nobre quanto o objetivo do Terceiro Setor. Advocacy é, basicamente, um lobby realizado entre setores (ou personagens) influentes na sociedade. É na realização de processos de comunicação, reuniões entre os interessados e os pedidos entre essas influências que se dá o verdadeiro advocacy, que pode ter várias vertentes, como social, ambiental ou cultural. Um exemplo bastante fácil de entender: imagine uma comunidade cortada por uma rodovia, onde os moradores são obrigados a atravessar de um lado para outro de forma precária, por falta de uma passarela. A mesma comunidade tem como vizinhos uma fábrica ou qualquer outra empresa privada. Nessa comunidade existe uma ONG que representa os moradores do bairro e que sempre está pronta para tentar resolver qualquer tipo de questão. Por ser mais influente do que a comunidade avulsa, a entidade pressiona o poder público para a construção de uma passarela. Paralelamente, a ONG – por ser mais maleável e influente do que os órgãos governamentais – pode procurar o dono da empresa vizinha e pedir o financiamento da obra. E, sendo a representante-líder da comunidade, também pode realizar uma campanha para que as pessoas utilizem a passarela. Tudo isso é lobby, tudo isso é advocacy”. ZEPPELINE, Márcio. Advocacy: o lobby do bem. Ipea. Seção: Pesquisa. Ação social das empresas, 2006. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/acaosocial/article26c3.html?id.article=592#:~:text=Advocacy%20%C3%A9%2C%20basicamente%2C%20um%20lobby,como%20social%2C%20ambiental%20ou%20cultural>>. Acesso em 29/04/2022.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BETTIN, I.; DORNELAS, S. Comunicación sobre la actuación de las casas de migrantes y centros de atención scalabrinianas durante la pandemia covid-19. In: CEMLA; CEM; SIMN. **Actuación scalabriniana en la pandemia COVID 19 en Sudamérica**. São Paulo: CEM, 2020. Disponível em: <<https://simn-global.org/wp-content/uploads/2020/10/Libro-Actuaci%C3%B3n-scalabriniana-en-la-pandemia-COVID-19.pdf>> , acesso em 25/04/2022.
- BOCCHI, L. La pandemia y los migrantes en Chile. In: CEMLA; CEM; SIMN. **Actuación scalabriniana en la pandemia COVID 19 en Sudamérica**. São Paulo: CEM, 2020. Disponível em: <<https://simn-global.org/wp-content/uploads/2020/10/Libro-Actuaci%C3%B3n-scalabriniana-en-la-pandemia-COVID-19.pdf>> . Acesso em 29/04/2022.
- BOURDIEU, P. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. São Paulo: Papirus, 1996.
- CEMLA; CEM; SIMN. **Actuación scalabriniana en la pandemia COVID 19 en Sudamérica**. São Paulo: CEM, 2020. Disponível em: <<https://simn-global.org/wp-content/uploads/2020/10/Libro-Actuaci%C3%B3n-scalabriniana-en-la-pandemia-COVID-19.pdf>> . Acesso em 29/04/2022.
- CHARLEAUX, J. P. Covid-19: os imigrantes na linha de frente na Europa e nos EUA. **Nexo Jornal**, 29/04/2022. Disponível em: <<https://www.nexojournal.com.br/expresso/2020/05/31/Covid-19-os-imigrantes-na-linha-de-frente-na-Europa-e-nos-EUA>>. Acesso em 29/04/2022.
- D'ARAUJO, M. C. Como a História Oral chegou ao Brasil: Entrevista com Aspásia Camargo. **História Oral**, [S. l.], v. 2, 2009. Disponível em: <<https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/15>> . Acesso em: 28 abr. 2022.

- FERREIRA, M. de M. História, tempo presente e história oral. **Topoi** (Rio de Janeiro) [online]. 2002, v. 3, n. 5 p. 314-332. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/topoi/a/fpGyHz8dRnk56XjcFGs736F/?lang=pt>>. Acesso em 29/04/2022.
- MAGALHÃES, V. B. A História Oral nos estudos das migrações do Nordeste para o Sudeste: relato de pesquisa. **Cadernos CERU**, [S. l.], v. 30, n. 1, p. 293-320, 2019. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/ceru/article/view/158715>>. Acesso em 28/04/2022.
- PARISE, P.; PEREIRA, J. C.; DORNELAS, S. La pandemia del coronavirus y la actuación de las casas de migrantes y centros de atención scalabrinianos en Sudamérica. **TRAVESSIA**. Revista do Migrante, [S. l.], v. 2, n. 91, 2021. Disponível em: <<https://revistatravessia.com.br/travessia/article/view/997>>. Acesso em 29/04/2022.
- SANTHIAGO, R.; MAGALHÃES, V. B. Rompendo o isolamento: Reflexões sobre história oral e entrevistas à distância. **Anos 90**, [S. l.], v. 27, p. 1–18, 2020. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/102266>>. Acesso em 26/04/2022.
- SANTHIAGO, R. Da fonte à história oral: debates sobre a legitimidade da entrevista. *Sæculum*. **Revista de História**, [S. l.], n. 18, 2008. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/srh/article/view/11395>>. acesso em 28/04/2022.

RESUMO

Este artigo visa apresentar resultados de uma pesquisa que investigou a percepção sobre as casas e os centros de acolhida scalabrinianos da América Latina por seus agentes envolvidos, durante a pandemia de Covid 19. A investigação foi feita pelo CEM (Centro de Estudos Migratórios, vinculado à Missão Paz de São Paulo) e pelo CEMLA (Centro de Estudios Migratorios Latino americano, vinculado à missão scalabriniana em Buenos Aires, Argentina); e foi baseada em entrevistas com coordenadores e migrantes dessas instituições. A realização das entrevistas foi adaptada para a situação excepcional de isolamento social. Na investigação, migrantes, refugiados e coordenadores de casas de acolhimento e centros de atenção foram os atores sociais protagonistas das questões eleitas por nós como problema de pesquisa. Nos limites deste texto, trataremos apenas do recorte dos coordenadores.

Palavras-Chave: Entrevistas qualitativas; Estudos migratórios; Pandemia de Covid; Migrações e refúgio; História oral.

ABSTRACT

In this article, the authors discuss the results of their research on the perception of the directors of the Scalabrinian immigrant shelters and reception centers in Latin America about their institution's situation during the Covid 19 pandemic. The interviews were adapted to the situation of social distancing. The investigation included migrants, refugees and coordinators of shelters. Within the limits of this text, we will only present the perceptions of the directors of the shelters and centers.

Keywords: Qualitative interviews; Migration studies; Covid Pandemic; Migration and refugee; Oral History.